

JUSTIÇA SEXUAL E REPRODUTIVA JÁ!

Uma Agenda de Ação para Realizar Justiça
Sexual e Reprodutiva para todas as pessoas.

JUSTIÇA SEXUAL E REPRODUTIVA JÁ!

Esta agenda de ação exige a realização da justiça sexual e reprodutiva para mulheres, adolescentes, meninas, pessoas trans e não binárias, bem como a liderança de jovens, feministas do Sul global na formação de políticas e programas sobre população e desenvolvimento sustentável que afetam nossas vidas.

RESURJ é uma aliança de feministas jovens que chama a atenção para as múltiplas crises resultantes do fracassado modelo de desenvolvimento neoliberal, degradação ecológica, militarização, ocupação, conflito e os crescentes ataques aos direitos humanos das mulheres. Também chama atenção para os ataques contra a igualdade de gênero, a autonomia corporal, as liberdades fundamentais, a educação secular, além dos ataques contra feministas, ativistas e pessoas que defendem os direitos humanos.

Nossa análise interseccional examina como a justiça sexual e reprodutiva está relacionada com a justiça social, econômica e ecológica.

Interrogamos como as leis, políticas e programas de saúde sexual e reprodutiva interagem com estruturas de poder relacionadas ao gênero, classe, raça, etnia, sexualidade e deficiência, que afetam as decisões, escolhas e direitos de todas as pessoas sobre saúde sexual e reprodutiva.

Portanto, como elemento fundamental de uma agenda de justiça sexual e reprodutiva, apelamos às pessoas que tomam as decisões para corrigirem as desigualdades estruturais e sistêmicas que perpetuam a violência, aumentam a pobreza, exacerbam as desigualdades e impactam negativamente as mulheres, adolescentes, meninas, pessoas trans, não binárias, e outros grupos marginalizados.

A implementação da seguinte agenda de ação requer tanto a vontade política como o financiamento para manter os compromissos existentes.

01

Defender a justiça sexual e reprodutivas de todas as mulheres, adolescentes, meninas, pessoas trans e não binárias em todas as nossas diversidades ao longo da nossa vida, para garantir autonomia e integridade corporal, direitos humanos e liberdades fundamentais.

Assegurar a **liderança e participação significativa** de jovens feministas do Sul global em todos os níveis, das definições de políticas e programas de desenvolvimento que sejam transparentes, justos, responsáveis, sustentáveis e que permitam a realização da justiça sexual e reprodutiva.

02

03

Priorizar políticas e programas que garantam **acesso universal** a todo o espectro de serviços de saúde sexual e reprodutiva* que sejam integrados, de alta qualidade, disponíveis, acessíveis e aceitáveis para todas as mulheres, adolescentes, meninas, pessoas trans e não binárias, em toda a nossa diversidade ao longo de nossas vidas. A prestação de serviços de saúde deve estar livre de estigma, discriminação, coerção e violência, com total respeito à autonomia corporal, privacidade, confidencialidade e consentimento completo e informado.

***Estes serviços e suprimentos devem ser integrados aos serviços de saúde e incluir:**

- informações abrangentes sobre sexualidade e apoio psicossocial;
- contraceptivos modernos, incluindo anticoncepção de emergência, profilaxia pós-exposição, preservativos masculinos e femininos, microbicidas, tecnologias e vacinas de prevenção controlada por mulheres;
- informação, suprimentos, serviços e cuidados pós-aborto para uma interrupção segura da gravidez;
- tecnologias de reprodução assistida, terapias hormonais e intervenções médicas de transição sexual e/ou de gênero;
- prevenção, aconselhamento, testes confidenciais e voluntários, tratamento, cuidados e apoio ao HIV, bem como outras infecções sexualmente transmissíveis.
- cuidados na gravidez, incluindo atendimento pré-natal e pós-natal, assistência especializada ao parto, sistemas de referência e atendimento obstétrico de emergência; e
- prevenção, tratamento e cuidados de câncer em órgãos reprodutivos.

04

Assegurar e promover uma abordagem positiva da **sexualidade de jovens e adolescentes** que permita, reconheça e respeite sua iniciativa de tomar decisões informadas e independentes sobre questões relacionadas à sua autonomia corporal, prazer e liberdades fundamentais.

05

Oferecer **educação integral em sexualidade** dentro e fora das escolas, baseada em direitos humanos, igualdade de gênero e integridade corporal. Essa educação e informação devem ser baseadas em evidências, acessíveis para todas as pessoas, responsivas às capacidades em evolução de crianças e adolescentes e permitir maior autonomia sobre nossas decisões e vidas.

06

Apoiar e manter o acesso irrestrito a informações, comunicações e outras **tecnologias**, cruciais para o acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva, expressão sexual e prazer de mulheres, adolescentes, meninas, pessoas trans e não binárias em toda a nossa diversidade.

Adotar uma abordagem sistêmica e embasada em **direitos humanos e justiça** que lide com as raízes das violações dos direitos sexuais e reprodutivos e desafie a eficácia de políticas punitivas que criminalizam ou impedem que as pessoas marginalizadas tenham acesso aos seus direitos.

07

08

Mitigar e reverter o impacto adverso do modelo de desenvolvimento extrativista e neoliberal em **ecossistemas e comunidades locais**, particularmente para mulheres e meninas indígenas e rurais. Regular e responsabilizar as empresas multinacionais e nacionais que estejam em conluio com agentes estatais envolvidos na agricultura de larga escala, mineração, megaprojetos e exploração madeireira comercial, a fim de defender os princípios dos direitos humanos, eliminar a exploração do trabalho, a apropriação de terras e de recursos.

09

Estabelecer mecanismos eficazes para fiscalizar os **setores empresariais multinacionais e nacionais para que cumpram com princípios de transparência**, respeitem os direitos humanos e a justiça ecológica. Esses mecanismos devem interromper os fluxos financeiros ilícitos, evitar sonegação e evasão fiscal para proteger a base tributária dos estados o que por sua vez, contribui no aumento da receita nacional para intervenções sociais e com recorte de gênero.

10

Resistir aos acordos de comércio e propriedade intelectual injustos e preferenciais e aos mecanismos controversos de resolução que corroem o espaço político em detrimento dos direitos sexuais, reprodutivos e a justiça econômica e ecológica. Princípios orientadores e normas jurídicas internacionais sobre negócios e direitos humanos, comércio, responsabilidade corporativa e obrigações extraterritoriais devem ser plenamente utilizados para **contestar a captura corporativa** de Estados e garantir que os acordos comerciais e o setor privado não violem, restrinjam ou enfraqueçam os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todas as pessoas.

11

Investir no fortalecimento de um ecossistema **pluralista de dados**, que coleta, sistematiza, analisa e divulga dados quantitativos e qualitativos, a fim de monitorar e avaliar efetivamente possíveis disparidades no acesso aos serviços sociais, com total respeito à confidencialidade e privacidade. Os dados devem ser desagregados por sexo, gênero, idade, raça, etnia, localização geográfica, migração e outros status.

Garantir e alocar **financiamento e recursos públicos** para sistemas de proteção social e infraestrutura social pública, incluindo serviços que promovam os direitos sexuais e reprodutivos. Alocar orçamentos responsivos e progressivos para programas de gênero, saúde e educação. Os Estados devem regular e/ou reverter a privatização dos sistemas de proteção social para garantir que os serviços públicos continuem sendo um bem público e recusar acordos de comércio e investimento que restrinjam os Estados a fornecer proteção social para todas as pessoas.

12

13

Fornecer apoio financeiro a uma ampla gama de programas voltados para os direitos sexuais e reprodutivos, além de programas de saúde, incluindo os que estão vinculados com questões econômicas e ecológicas. Apoiar a **construção do movimento** financiando várias formas de organização de maneira responsiva, não condicional, de longo prazo e sustentada.

Membros RESURJ

Chantal Umuhoza

SPECTRA, Rwanda

Jasmine Lovely George

Hidden Pockets, India

Madiha Latif

Pakistan

Mari-Claire Price

RESURJ, Reino Unido

Marisa Viana

RESURJ, Brasil

Mirta Moragas

Las Ramonas, Paraguay

Nana Abuelsoud

Ikhtyar African Feminist Collective, Egipto

Oriana Lopez Uribe

Balance, México

Sachini Perera

Ghosh, Sri Lanka

Umba Zalira

Growing Ambitions, Malawi

Viva Tatawaqa

DIVA for Equality, Fiji

Ano de publicação: 2020



RESURJ é uma aliança transnacional de feministas mais jovens com base em movimentos de justiça social do sul global, demandando a realização da justiça sexual e reprodutiva para todes. Apoiamos a participação significativa de jovens feministas na formulação e defesa de políticas e programas sobre desenvolvimento transparentes, responsáveis e sustentáveis em todos os níveis.